



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

**RDC 03/2022 – FEBOM – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALI-
ZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO
DO 28º GBM – SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: cplcbmpa@gmail.com

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO
CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ E COORDENADORIA
ESTADUAL DE DEFESA CIVIL FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS**

CONSPLAM CAPITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob nº CNPJ nº 11.673.426/0001-22, com sede na Rod. BR 316, nº 1113, km 8- PLENO COMERCIAL, SALA 510, Bairro CENTRO, Ananindeua/PA, e-mail: consplamcapitalpa@gmail.com, neste ato representada por sua sócia proprietária **ARAYDES DA SILVA REIS**, brasileira, solteira, empresária, RG nº 6337923 PC/PA, inscrito no CPF- 010.950.262-08, residente e domiciliado na BR 316, nº 5010, Torre Sapucaia, apto 03- térreo, , Bairro- Águas Lindas, CEP- 67.020-000, Ananindeua-PA, vêm, respeitosamente, com fundamento no **Artigo 41, §1º e §2º da Lei nº 8.666/1993**, interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Do Edital do Processo Licitatório de Regime Diferenciado de Contratações nº 03/2022 – FEBOM, do processo administrativo 2022/1343329.

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1. DOS FATOS

Foi publicado o Edital do Processo Licitatório de Regime Diferenciado de Contratações nº 03/2022 – FEBOM, do processo administrativo 2022/1343329, na forma eletrônica ,tipo maior desconto, no regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário pelo Governo do Estado do Pará, por intermédio do Fundo Especial dos Bombeiros representado neste ato por sua Presidente Titular ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO, com a realização do referido certame no dia 02/02/2023, através do portal de compras do Governo Federal, tendo o respectivo Pregão o objeto de a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.

Foi detectada no anexo 1 “projeto básico” em seu item 8.0 do edital de licitação uma falha relativa à exigência de acervo técnico operacional. O impugnante acima qualificado que é candidato a licitação ciente deste equívoco presente no edital vem através deste oferecer impugnação ao item 8.0 do referido edital.

2. DO DIREITO

2.1. DA ILEGALIDADE DE EXIGÊNCIA DE ACERVO TÉCNICO OPERACIONAL.

O respectivo edital de licitação não pode solicitar acervo técnico operacional. É de notório conhecimento que os conselhos profissionais tem o poder de estabelecer regras sobre sua área de atuação, o CREA que é representado pelo CONFEA estabelece na resolução 1025 de 30/10/2009 em seu art. 55 o seguinte;

“Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

Parágrafo único: A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.”

Vejamos, somente por essa resolução para impedir a exigência mencionada no edital, porém, visando demonstrar com mais objetividade, em seguida há o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que por diversas vezes já reiterou o seu posicionamento referente a esta matéria como podemos ver abaixo:

Acórdão 5942/2014 – 2ª Câmara

“Só se pode exigir de empresa participante de licitação registro de seus responsáveis técnicos e de atestados de capacidade técnica no conselho de fiscalização responsável pela atividade básica ou serviço preponderante da empresa.”

Acórdão 655/2016 – Plenário

“É irregular exigir que a comprovação de aptidão técnica da empresa para executar o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional) esteja registrada no Crea.”

Acórdão 7260/2016 – 2ª Câmara

“Na aferição da capacidade técnica das pessoas jurídicas, é irregular a rejeição de atestados de capacidade técnico-operacional que não possuam registro no conselho profissional. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.”

Em 2018, um novo Acórdão do TCU ratifica esse posicionamento, estou falando do Acórdão 1674 – Plenário de 25/07/2018, cujo relator foi o ministro Augusto Nardes, vejamos:

Acórdão 1674/2018 – Plenário

“É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução -Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica.

A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.”

Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara

“Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011”.

Em fevereiro de 2017, foi publicado o Acórdão 205/2017 que confirma o entendimento do Plenário do TCU no sentido de configurar falha a “exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução CONFEA 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário”.

Posteriormente, em dezembro de 2017, foi publicado o Acórdão 10362/2017-2ª Câmara que apontou como irregularidade a exigência de “certidão de acervo técnico da licitante registrada no CREA-CE, para efeito de habilitação, uma vez que a exigência de registro ou visto no CREA do local de realização da obra licitada somente dar-se-á no momento da contratação”.

Resta cristalino a posição do TCU e do CONFEA sobre a exigência de fornecimento de atestado de capacidade técnica operacional para os licitantes. Diante da falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua **capacidade técnico-operacional** por meio de atestados registrados no Crea ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço

3 - DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

1 - A retificação do edital licitatório para a exclusão dos itens que requerem o fornecimento de atestado de capacidade técnico-operacional.


2- A suspensão da licitação para adequação do edital.

3 - O deferimento do adiamento da sessão de licitação para a próxima data disponível após o prazo condizente a ser concedido para as adequações a serem realizadas pelo impugnante, sob pena de tomadas das medidas cabíveis para discussão das questões aqui trazidas.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Belém, 26 de janeiro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 ARAYDES DA SILVA REIS
Data: 26/01/2023 19:49:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

CONSPLAM CAPITAL LTDA

CNPJ nº 11.673.426/0001-22



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Nº 01/2022

Referência: RDC nº 03/2022 – FEBOM.

PAE nº: 2022/1343329.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.

Empresa Solicitante: CONSPLAN CAPITAL LTDA

Presidente: MAJ QOBM ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO.

Abertura da Sessão: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes, cito o art. 45, item I, alínea b e §4º, da Lei 12.462/2011:

(...)

Art. 45. Dos atos da administração pública decorrentes da aplicação do RDC caberão:

I - pedidos de esclarecimento e impugnações ao instrumento convocatório no prazo mínimo de:

(...)

b) até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas, no caso de licitação para contratação de obras ou serviços;

(...)

§ 4º Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

(...)

2.2 Corroborado pelos subitens 20.1, 20.2 e 20.3 do Edital:

(...)

20.1. Até **05 (cinco) dias úteis antes** da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cplcbmpa@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Júlio César, nº 3.000, Marambaia, Quartel do Corpo de Bombeiros, na Comissão Permanente de Licitação.

20.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

(...)





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

2.3. Considerando o encaminhamento do pedido de impugnação encaminhado pela empresa solicitante a esta comissão de licitação, via e-mail, no dia 26 de janeiro de 2023, às 20h05min;

2.4. Considerando que a data de abertura da sessão está designada para 02 de fevereiro de 2023, 09h30min;

2.5. Considerando o que disciplina a norma e o edital, para facilitar o entendimento temos a exemplificar: o dia **02/02** foi fixado para a realização da sessão e, na forma contagem de prazos supracitada, não se computa o dia do início, logo, o primeiro dia na contagem regressiva é o dia 01/02; o segundo, o dia 31/01, o terceiro, o dia 30/01; o quarto, o dia 27/01; e o quinto, o dia 26/01. **Portanto, até o dia 25/01, até o final do expediente deste órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos, conforme orientado pelo mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, “A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do Art. 110 da Lei nº 8.666/1993, tendo por termo inicial a data estabelecida para apresentação da proposta”.** Para facilitar o entendimento, exemplifica a seguinte situação, considerando exemplo com prazo de até 02 (dois) dias úteis:

“O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos.” (...) FERNANDES, J.U. Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão eletrônico presencial e eletrônico. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 539.

3. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS CONSPLAM CAPITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob nº CNPJ nº 11.673.426/0001-22, com sede na Rod. BR 316, nº 1113, km 8- PLENO COMERCIAL, SALA 510, Bairro CENTRO, Ananindeua/PA, e-mail: consplamcapitalpa@gmail.com, neste ato representada por sua sócia proprietária ARAYDES DA SILVA REIS, brasileira, solteira, empresária, RG nº 6337923 PC/PA, inscrito no CPF- 010.950.262-08, residente e domiciliado na BR 316, nº 5010, Torre Sapucaia, apto 03- térreo, , Bairro-Águas Lindas, CEP67.020-000, Ananindeua-PA, vêm, respeitosamente, com fundamento no Artigo 41, §1º e §2º da Lei nº 8.666/1993, interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Do Edital do Processo Licitatório de Regime Diferenciado de Contratações nº 03/2022 – FEBOM, do processo administrativo 2022/1343329. pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1. DOS FATOS

Foi publicado o Edital do Processo Licitatório de Regime Diferenciado de Contratações nº 03/2022 – FEBOM, do processo administrativo 2022/1343329, na forma eletrônica, tipo maior desconto, no regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário pelo Governo do Estado do Pará, por intermédio do Fundo Especial dos Bombeiros representado neste ato por sua Presidente Titular ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO, com a realização do referido certame no dia 02/02/2023, através do portal de compras do Governo Federal, tendo o respectivo Pregão o objeto de a





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.

Foi detectada no anexo 1 “projeto básico” em seu item 8.0 do edital de licitação uma falha relativa à exigência de acervo técnico operacional. O impugnante acima qualificado que é candidato a licitação ciente deste equívoco presente no edital vem através deste oferecer impugnação ao item 8.0 do referido edital.

2. DO DIREITO 2.1. DA ILEGALIDADE DE EXIGÊNCIA DE ACERVO TÉCNICO OPERACIONAL.

O respectivo edital de licitação não pode solicitar acervo técnico operacional. É de notório conhecimento que os conselhos profissionais tem o poder de estabelecer regras sobre sua área de atuação, o CREA que é representado pelo CONFEA estabelece na resolução 1025 de 30/10/2009 em seu art. 55 o seguinte;

“Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica. Parágrafo único: A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.”

Vejamos, somente por essa resolução para impedir a exigência mencionada no edital, porém, visando demonstrar com mais objetividade, em seguida há o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que por diversas vezes já reiterou o seu posicionamento referente a esta matéria como podemos ver abaixo:

Acórdão 5942/2014 – 2ª Câmara

“Só se pode exigir de empresa participante de licitação registro de seus responsáveis técnicos e de atestados de capacidade técnica no conselho de fiscalização responsável pela atividade básica ou serviço preponderante da empresa.”

Acórdão 655/2016 – Plenário

“É irregular exigir que a comprovação de aptidão técnica da empresa para executar o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional) esteja registrada no Crea.”

Acórdão 7260/2016 – 2ª Câmara

“Na aferição da capacidade técnica das pessoas jurídicas, é irregular a rejeição de atestados de capacidade técnicooperacional que não possuam registro no conselho profissional. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.”

Em 2018, um novo Acórdão do TCU ratifica esse posicionamento, estou falando do Acórdão 1674 – Plenário de 25/07/2018, cujo relator foi o ministro Augusto Nardes, vejamos:

Acórdão 1674/2018 – Plenário

“É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução -Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.”

Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara

“Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011”.

Em fevereiro de 2017, foi publicado o Acórdão 205/2017 que confirma o entendimento do Plenário do TCU no sentido de configurar falha a “exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução CONFEA 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário”.

Posteriormente, em dezembro de 2017, foi publicado o Acórdão 10362/2017-2ª Câmara que apontou como irregularidade a exigência de “certidão de acervo técnico da licitante registrada no CREA-CE, para efeito de habilitação, uma vez que a exigência de registro ou visto no CREA do local de realização da obra licitada somente dar-se-á no momento da contratação”.

Resta cristalino a posição do TCU e do CONFEA sobre a exigência de fornecimento de atestado de capacidade técnica operacional para os licitantes. Diante da falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados registrados no Crea ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço

3 - DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

- 1 - A retificação do edital licitatório para a exclusão dos itens que requerem o fornecimento de atestado de capacidade técnico-operacional.
- 2- A suspensão da licitação para adequação do edital.
- 3 - O deferimento do adiamento da sessão de licitação para a próxima data disponível após o prazo condizente a ser concedido para as adequações a serem realizadas pelo impugnante, sob pena de tomadas das medidas cabíveis para discussão das questões aqui trazidas.

Nestes termos, Pede e espera deferimento.

CONSPLAM CAPITAL LTDA

CNPJ nº 11.673.426/0001-22

4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Por ter sido encaminhado fora do prazo decadencial, resta patente a intempestividade do pedido apresentado.

4.2. Não obstante, para que não reste nenhuma dúvida acerca das condições editalícias, esta Presidente resolve esclarecer o item questionado na presente impugnação.





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

4.3. Quanto à exigência de acervo técnico operacional, item 8.1 do Projeto Básico, anexo ao edital. Explico que, como o projeto básico é uma das peças iniciais do processo e após a confecção do edital, conforme item 21.10, prevalece a exigência do Edital, no qual informa que “em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital”.

4.4. Portanto o acervo técnico operacional com registro no CREA ou CAU não será exigido e sim a capacidade técnica operacional, conforme item 10.6.7.4.

5. DA CONCLUSÃO

5.1. À vista de tais considerações, nos termos do Artigo 45, da Lei Federal Nº 12.462/2011 e subitens 20.1 e 20.2 do Edital, decide a presidente por não conhecer o pedido de impugnação pela sua intempestividade.

5.1.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet;

5.1.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório;

5.1.3. É a decisão.

Belém-Pará, 27 de janeiro de 2023

ISIS KELMA
FIGUEIREDO DE
ARAUJO:68590
210200

Assinado de forma
digital por ISIS KELMA
FIGUEIREDO DE
ARAUJO:68590210200
Dados: 2023.01.21
17:20:01 -03'00'

ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM
Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM





Operação realizada com sucesso.

Incluir Esclarecimentos/Impugnações/Avisos

UASG: 929377 - FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS DE BELEM/PA

Licitação nº: 3/2022

Modo de Disputa: Fechado

Avisos Esclarecimentos Impugnações	
Impugnação 27/01/2023 15:41	<p>Mensagem: (continua) 3 - DOS REQUERIMENTOS Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria: 1 - A retificação do edital licitatório para a exclusão dos itens que requerem o fornecimento de atestado de capacidade técnico-operacional. 2- A suspensão da licitação para adequação do edital. 3 - O deferimento do adiamento da sessão de licitação para a próxima data disponível após o prazo condizente a ser concedido para as adequações a serem realizadas pelo impugnante, sob pena de tomadas das medidas cabíveis para discussão das questões aqui trazidas. Nestes termos, Pede e espera deferimento. CONSPLAM CAPITAL LTDA CNPJ nº 11.673.426/0001-22</p> <p>Resposta: 4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO 4.1. Por ter sido encaminhado fora do prazo decadencial, resta patente a intempestividade do pedido apresentado. 4.2. Não obstante, para que não reste nenhuma dúvida acerca das condições editalícias, esta Presidente resolve esclarecer o item questionado na presente impugnação. 4.3. Quanto à exigência de acervo técnico operacional, item 8.1 do Projeto Básico, anexo ao edital. Explico que, como o projeto básico é uma das peças iniciais do processo e após a confecção do edital, conforme item 21.10, prevalece a exigência do Edital, no qual informa que “em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital”. 4.4. Portanto o acervo técnico operacional com registro no CREA ou CAU não será exigido e sim a capacidade técnica operacional, conforme item 10.6.7.4. 5. DA CONCLUSÃO 5.1. À vista de tais considerações, nos termos do Artigo 45, da Lei Federal Nº 12.462/2011 e subitens 20.1 e 20.2 do Edital, decide a presidente por não conhecer o pedido de impugnação pela sua intempestividade. 5.1.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet; 5.1.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório; 5.1.3. É a decisão. Belém-Pará, 27 de janeiro de 2023 ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM</p>
Impugnação 27/01/2023 15:39	<p>Mensagem: ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS CONSPLAM CAPITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob nº CNPJ nº 11.673.426/0001-22, com sede na Rod. BR 316, nº 1113, km 8- PLENO COMERCIAL, SALA 510, Bairro CENTRO, Ananindeua/PA, e-mail: consplamcapitalpa@gmail.com, neste ato representada por sua sócia proprietária ARAYDES DA SILVA REIS, brasileira, solteira, empresária, RG nº 6337923 PC/PA, inscrito no CPF- 010.950.262-08, residente e domiciliado na BR 316, nº 5010, Torre Sapucaia, apto 03- térreo, , Bairro- Águas Lindas, CEP67.020-000, Ananindeua-PA, vêm, respeitosamente, com fundamento no Artigo 41, §1º e §2º da Lei nº 8.666/1993, interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Do Edital do Processo Licitatório de Regime Diferenciado de Contratações nº 03/2022 – FEBOM, do processo administrativo 2022/1343329. pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas: 1. DOS FATOS Foi publicado o Edital do Processo Licitatório de Regime Diferenciado de Contratações nº 03/2022 – FEBOM, do processo administrativo 2022/1343329, na forma eletrônica ,tipo maior desconto, no regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário pelo Governo do Estado do Pará, por intermédio do Fundo Especial dos Bombeiros representado neste ato por sua Presidente Titular ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO, com a realização do referido certame no dia 02/02/2023, através do portal de compras do Governo Federal, tendo o respectivo Pregão o objeto de a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º</p>

Avisos Esclarecimentos Impugnações

GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Foi detectada no anexo 1 "projeto básico" em seu item 8.0 do edital de licitação uma falha relativa à exigência de acervo técnico operacional. O impugnante acima qualificado que é candidato a licitação ciente deste equívoco presente no edital vem através deste oferecer impugnação ao item 8.0 do referido edital. 2. DO DIREITO 2.1. DA ILEGALIDADE DE EXIGÊNCIA DE ACERVO TÉCNICO OPERACIONAL. O respectivo edital de licitação não pode solicitar acervo técnico operacional. É de notório conhecimento que os conselhos profissionais tem o poder de estabelecer regras sobre sua área de atuação, o CREA que é representado pelo CONFEA estabelece na resolução 1025 de 30/10/2009 em seu art. 55 o seguinte; "Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica. Parágrafo único: A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico." Vejamos, somente por essa resolução para impedir a exigência mencionada no edital, porém, visando demonstrar com mais objetividade, em seguida há o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que por diversas vezes já reiterou o seu posicionamento referente a esta matéria como podemos ver abaixo: Acórdão 5942/2014 – 2ª Câmara "Só se pode exigir de empresa participante de licitação registro de seus responsáveis técnicos e de atestados de capacidade técnica no conselho de fiscalização responsável pela atividade básica ou serviço preponderante da empresa." Acórdão 655/2016 – Plenário "É irregular exigir que a comprovação de aptidão técnica da empresa para executar o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional) esteja registrada no Crea." Acórdão 7260/2016 – 2ª Câmara "Na aferição da capacidade técnica das pessoas jurídicas, é irregular a rejeição de atestados de capacidade técnicooperacional que não possuam registro no conselho profissional. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes." Em 2018, um novo Acórdão do TCU ratifica esse posicionamento, estou falando do Acórdão 1674 – Plenário de 25/07/2018, cujo relator foi o ministro Augusto Nardes, vejamos: Acórdão 1674/2018 – Plenário "É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução -Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes." Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara "Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011". Em fevereiro de 2017, foi publicado o Acórdão 205/2017 que confirma o entendimento do Plenário do TCU no sentido de configurar falha a "exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução CONFEA 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário". Posteriormente, em dezembro de 2017, foi publicado o Acórdão 10362/2017-2ª Câmara que apontou como irregularidade a exigência de "certidão de acervo técnico da licitante registrada no CREA-CE, para efeito de habilitação, uma vez que a exigência de registro ou visto no CREA do local de realização da obra licitada somente dar-se-á no momento da contratação". Resta cristalino a posição do TCU e do CONFEA sobre a exigência de fornecimento de atestado de capacidade técnica operacional para os licitantes. Diante da falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados registrados no Crea ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço 3 - DOS REQUERIMENTOS Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria: 1 - A retificação do edital licitatório para a exclusão dos itens que requerem o fornecimento de atestado de capacidade técnico-operacional. 2- A suspensão da licitação para adequação do edital. 3 - O deferimento do adiamento da sessão de licitação para a próxima data disponível após o prazo condizente a ser concedido para as adequações a serem realizadas pelo impugnante, sob pena de tomadas das medidas cabíveis para discussão das questões aqui trazidas. Nestes termos, Pede e espera deferimento. CONSPLAN CAPITAL LTDA CNPJ nº 11.673.426/0001-22

Resposta: RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO Nº 01/2022 Referência: RDC nº 03/2022 – FEBOM. PAE nº: 2022/1343329. Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Empresa Solicitante: CONSPLAN CAPITAL LTDA. Presidente: MAJ QOBM ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO. Abertura da Sessão: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes, cito o art. 45, item I, alínea b e §4º, da Lei 12.462/2011: (...) Art. 45. Dos atos da administração pública decorrentes da aplicação do RDC caberão: I - pedidos de esclarecimento e impugnações ao instrumento

Avisos Esclarecimentos Impugnações

convocatório no prazo mínimo de: (...) b) até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas, no caso de licitação para contratação de obras ou serviços; (...) § 4º Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. (...) 2.2 Corroborado pelos subitens 20.1, 20.2 e 20.3 do Edital: (...) 20.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cplcbmpa@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Júlio César, nº 3.000, Marambaia, Quartel do Corpo de Bombeiros, na Comissão Permanente de Licitação. 20.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame. (...) 2.3. Considerando o encaminhamento do pedido de impugnação encaminhado pela empresa solicitante a esta comissão de licitação, via e-mail, no dia 26 de janeiro de 2023, às 20h05min; 2.4. Considerando que a data de abertura da sessão está designada para 02 de fevereiro de 2023, 09h30min; 2.5. Considerando o que disciplina a norma e o edital, para facilitar o entendimento temos a exemplificar: o dia 02/02 foi fixado para a realização da sessão e, na forma contagem de prazos supracitada, não se computa o dia do início, logo, o primeiro dia na contagem regressiva é o dia 01/02; o segundo, o dia 31/01, o terceiro, o dia 30/01; o quarto, o dia 27/01; e o quinto, o dia 26/01. Portanto, até o dia 25/01, até o final do expediente deste órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos, conforme orientado pelo mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, "A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do Art. 110 da Lei nº 8.666/1993, tendo por termo inicial a data estabelecida para apresentação da proposta". Para facilitar o entendimento, exemplifica a seguinte situação, considerando exemplo com prazo de até 02 (dois) dias úteis: "O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos." (...) FERNANDES, J.U. Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão eletrônico presencial e eletrônico. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 539. 3. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS CONSPLAM CAPITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob nº CNPJ nº 11.673.426/0001-22, com sede na Rod. BR 316, nº 1113, km 8- PLENO COMERCIAL, SALA 510, Bairro CENTRO, Ananindeua/PA, e-mail: consplamcapitalpa@gmail.com, neste ato representada por sua sócia proprietária ARAYDES DA SILVA REIS, brasileira, solteira, empresária, RG nº 6337923 PC/PA, inscrito no CPF- 010.950.262-08, residente e domiciliado na BR 316, nº 5010, Torre Sapucaia, apto 03- térreo, , Bairro- Águas Lindas, CEP67.020-000, Ananindeua-PA, vêm, respeitosamente, com fundamento no Artigo 41, §1º e §2º da Lei nº 8.666/1993, interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Do Edital do Processo Licitatório de Regime Diferenciado de Contratações nº 03/2022 – FEBOM, do processo administrativo 2022/1343329. pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas: 1. DOS FATOS Foi publicado o Edital do Processo Licitatório de Regime Diferenciado de Contratações nº 03/2022 – FEBOM, do processo administrativo 2022/1343329, na forma eletrônica, tipo maior desconto, no regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário pelo Governo do Estado do Pará, por intermédio do Fundo Especial dos Bombeiros representado neste ato por sua Presidente Titular ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO, com a realização do referido certame no dia 02/02/2023, através do portal de compras do Governo Federal, tendo o respectivo Pregão o objeto de a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Foi detectada no anexo 1 "projeto básico" em seu item 8.0 do edital de licitação uma falha relativa à exigência de acervo técnico operacional. O impugnante acima qualificado que é candidato a licitação ciente deste equívoco presente no edital vem através deste oferecer impugnação ao item 8.0 do referido edital. 2. DO DIREITO 2.1. DA ILEGALIDADE DE EXIGÊNCIA DE ACERVO TÉCNICO OPERACIONAL. O respectivo edital de licitação não pode solicitar acervo técnico operacional. É de notório conhecimento que os conselhos profissionais tem o poder de estabelecer regras sobre sua área de atuação, o CREA que é representado pelo CONFEA estabelece na resolução 1025 de 30/10/2009 em seu art. 55 o seguinte; "Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica. Parágrafo único: A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico." Vejamos, somente por essa resolução para impedir a exigência mencionada no edital, porém, visando demonstrar com mais objetividade, em seguida há o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que por diversas vezes já reiterou o seu posicionamento referente a esta matéria como podemos ver abaixo: Acórdão 5942/2014 – 2ª Câmara "Só se pode exigir de empresa participante de licitação registro de seus responsáveis técnicos e de atestados de capacidade técnica no conselho de fiscalização responsável pela atividade básica ou serviço preponderante da empresa." Acórdão 655/2016 – Plenário "É irregular exigir que a comprovação de aptidão técnica da empresa para executar o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional) esteja registrada no Crea." Acórdão 7260/2016 – 2ª Câmara "Na aferição da capacidade técnica das pessoas jurídicas, é irregular a rejeição de atestados de capacidade técnicooperacional que não possuam registro no conselho profissional. A exigência de atestados registrados nas

Avisos Esclarecimentos Impugnações	
	<p>entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes."Em 2018, um novo Acórdão do TCU ratifica esse posicionamento, estou falando do Acórdão 1674 – Plenário de 25/07/2018, cujo relator foi o ministro Augusto Nardes, vejamos:Acórdão 1674/2018 – Plenário "É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução -Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes." Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara "Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011". Em fevereiro de 2017, foi publicado o Acórdão 205/2017 que confirma o entendimento do Plenário do TCU no sentido de configurar falha a "exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução CONFEA 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário". Posteriormente, em dezembro de 2017, foi publicado o Acórdão 10362/2017-2ª Câmara que apontou como irregularidade a exigência de "certidão de acervo técnico da licitante registrada no CREA-CE, para efeito de habilitação, uma vez que a exigência de registro ou visto no CREA do local de realização da obra licitada somente dar-se-á no momento da contratação". Resta cristalino a posição do TCU e do CONFEA sobre a exigência de fornecimento de atestado de capacidade técnica operacional para os licitantes. Diante da falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados registrados no Crea ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço</p>
Esclarecimento 19/01/2023 10:23	<p>Mensagem: Prezados, boa tarde. Solicitamos encarecidamente os anexos do Edital RDC 003/2022 - FEBOM, principalmente os arquivos em Excel. Desde já muito obrigado!! Zillisnaldo Licata Engenheiro Civil / Engenharia</p> <p>Resposta: RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 03/2023 Referência: RDC Eletrônico nº 03/2022 – FEBOM. PAE nº: 2022/1343329. Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Empresa Solicitante: ZILLIS ENGENHARIA Presidente: ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO. Data do Certame: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta ao Esclarecimento ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no Artigo 23, do Decreto Estadual Nº 534/2020. 3. DO ESCLARECIMENTO Prezados, boa tarde. Solicitamos encarecidamente os anexos do Edital RDC 003/2022 - FEBOM, principalmente os arquivos em Excel. Desde já muito obrigado!! Zillisnaldo Licata Engenheiro Civil / Engenharia 4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO 4.1. Considerando o teor do pedido de esclarecimento passo a registrar: 4.1.1 Os documentos requeridos referente ao Anexo V (composição de BDI e Encargos), Anexo VI (Planilha de Orçamento Sintético) e Anexo VII (Cronograma Físico-Financeiro) do Edital estão disponíveis em Excel no site eletrônico do CBMPA, https://www.bombeiros.pa.gov.br/categoria/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-licitacoes-e-contratos/licitacoes-em-andamento/ 4.2. Considerando que em análise da manifestação técnica esta presidente entendeu que a resposta ao esclarecimento não acarreta em alteração na substância da proposta. 5. DA CONCLUSÃO 5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet; 5.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório. 5.3. É a decisão. Belém-Pará, 19 de janeiro de 2023. ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM</p>
Aviso 19/01/2023 10:18	Mensagem: Srs Licitantes informo que o aviso anterior foi colocado de forma equivocada.
Esclarecimento 19/01/2023 09:59	Mensagem: ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato; ANEXO III – Modelo de Termo de Vistoria; ANEXO IV – Modelo de Proposta; ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais; ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético; ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro; ANEXO VIII – Memorial descritivo; ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo. A empresa Brasil & Brasil solicita estes anexos em PDF ou formato EXCEL, para melhor manuseio dos programas de orçamentos Atenciosamente Brasil.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL <cplcbmpa@gmail.com>

Solicitação de anexos em planilhas

1 mensagem

Fortes Engenharia <fortescs.ltda@gmail.com>
Para: cplcbmpa@gmail.com

17 de janeiro de 2023 às 09:45

A empresa fortes solicita à comissão permanente de licitação os anexos em formato de excel ou pdf (XLS, XLSM, XLSTB, XLSX, XLM) , para melhor manuseio dos programas de orçamentos , são eles:

ANEXO I – Projeto Básico;

ANEXO IV – Modelo de Proposta;

ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais;

ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético;

ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro;

ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo.

Referente ao REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC Nº 003/2022 - FEBOM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM
ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO
28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.

Atenciosamente,
Fortes.



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Nº 01/2023

Referência: RDC Eletrônico nº 03/2022 – FEBOM.

PAE nº: 2022/1343329.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.

Empresa Solicitante: FORTES ENGENHARIA

Presidente: ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO.

Data do Certame: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de resposta ao Esclarecimento ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no Artigo 23, do Decreto Estadual Nº 534/2020.

3. DO ESCLARECIMENTO

A empresa fortes solicita à comissão permanente de licitação os anexos em formato de excel ou pdf (XLS, XLSM, XLSB, XLSX, XLM), para melhor manuseio dos programas de orçamentos, são eles:

ANEXO I – Projeto Básico;

ANEXO IV – Modelo de Proposta;

ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais;

ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético;

ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro;

ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo.

Referente ao REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC Nº 003/2022–FEBOM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.

Atenciosamente,

Fortes.

4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Considerando o teor do pedido de esclarecimento passo a registrar:





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.1.1 Os documentos requeridos referente ao **Anexo I** (Projeto Básico), **Anexo IV** (Modelo de proposta) e **Anexo IX** (projeto básico e executivo) do Edital já estão em pdf conforme solicitado e disponíveis no www.gov.br/compras/pt-br e possíveis de serem copiados;

4.1.2 Os documentos requeridos referente ao **Anexo V** (composição de BDI e Encargos), **Anexo VI** (Planilha de Orçamento Sintético) e **Anexo VII** (Cronograma Físico-Financeiro) do Edital também estão disponíveis em Excel no sítio eletrônico do CBMPA, <https://www.bombeiros.pa.gov.br/categoria/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-licitacoes-e-contratos/licitacoes-em-andamento/>

4.2. Considerando que em análise da manifestação técnica esta presidente entendeu que a resposta ao esclarecimento não acarreta em alteração na substância da proposta.

5. DA CONCLUSÃO

5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet;

5.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório.

5.3. É a decisão.

Belém-Pará, 17 de janeiro de 2023.

ISIS KELMA
FIGUEIREDO DE
ARAUJO:685902
10200

Assinado de forma
digital por ISIS KELMA
FIGUEIREDO DE
ARAUJO:68590210200
Dados: 2023.01.16
11:41:42 -03'00'

ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM

Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM



**Operação realizada com sucesso.**

Incluir Esclarecimentos/Impugnações/Avisos

UASG: 929377 - FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS DE BELEM/PA**Licitação nº:** 3/2022 **Modo de Disputa:** Fechado

Avisos Esclarecimentos Impugnações	
Esclarecimento 18/01/2023 09:44	<p>Mensagem: A empresa fortes solicita à comissão permanente de licitação os anexos em formato de excel ou pdf (XLS, XLSM, XLSB, XLSX, XLM) , para melhor manuseio dos programas de orçamentos , são eles: ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO IV – Modelo de Proposta; ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais; ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético; ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro; ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo. Referente ao REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC Nº 003/2022–FEBOM Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Atenciosamente, Fortes.</p> <p>Resposta: RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 01/2023 Referência: RDC Eletrônico nº 03/2022 – FEBOM. PAE nº: 2022/1343329. Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Empresa Solicitante: FORTES ENGENHARIA Presidente: ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO. Data do Certame: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta ao Esclarecimento ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no Artigo 23, do Decreto Estadual Nº 534/2020. 3. DO ESCLARECIMENTO A empresa fortes solicita à comissão permanente de licitação os anexos em formato de excel ou pdf (XLS, XLSM, XLSB, XLSX, XLM) , para melhor manuseio dos programas de orçamentos , são eles: ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO IV – Modelo de Proposta; ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais; ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético; ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro; ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo. Referente ao REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC Nº 003/2022–FEBOM Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Atenciosamente, Fortes. 4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO 4.1. Considerando o teor do pedido de esclarecimento passo a registrar: 4.1.1 Os documentos requeridos referente ao Anexo I (Projeto Básico), Anexo IV (Modelo de proposta) e Anexo IX (projeto básico e executivo) do Edital já estão em pdf conforme solicitado e disponíveis no www.gov.br/compras/pt-br e possíveis de serem copiados; 4.1.2 Os documentos requeridos referente ao Anexo V (composição de BDI e Encargos), Anexo VI (Planilha de Orçamento Sintético) e Anexo VII (Cronograma Físico-Financeiro) do Edital também estão disponíveis em Excel no sítio eletrônico do CBMPA, https://www.bombeiros.pa.gov.br/categoria/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-licitacoes-e-contratos/licitacoes-em-andamento/ 4.2. Considerando que em análise da manifestação técnica esta presidente entendeu que a resposta ao esclarecimento não acarreta em alteração na substância da proposta. 5. DA CONCLUSÃO 5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet; 5.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório. 5.3. É a decisão. Belém-Pará, 17 de janeiro de 2023 ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM</p>

☒ Aviso ☐ Esclarecimento ☐ Impugnação



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL <cplcbmpa@gmail.com>

solicitação de planilhas

1 mensagem

Brasil <brasilbrasil.ltda@yahoo.com.br>

17 de janeiro de 2023 às 15:51

Para: "cplcbmpa@gmail.com" <cplcbmpa@gmail.com>

ANEXO I – Projeto Básico;
ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
ANEXO III – Modelo de Termo de Vistoria;
ANEXO IV – Modelo de Proposta;
ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais;
ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético;
ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro;
ANEXO VIII – Memorial descritivo;
ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo.

A empresa Brasil & Brasil solicita estes anexos em PDF ou formato EXCEL, para melhor manuseio dos programas de orçamentos

Atenciosamente
Brasil.



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Nº 02/2023

Referência: RDC Eletrônico nº 03/2022 – FEBOM.

PAE nº: 2022/1343329.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.

Empresa Solicitante: BRASIL & BRASIL

Presidente: ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO.

Data do Certame: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de resposta ao Esclarecimento ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no Artigo 23, do Decreto Estadual Nº 534/2020.

3. DO ESCLARECIMENTO

ANEXO I – Projeto Básico;
ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
ANEXO III – Modelo de Termo de Vistoria;
ANEXO IV – Modelo de Proposta;
ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais;
ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético;
ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro;
ANEXO VIII – Memorial descritivo;
ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo.

A empresa Brasil & Brasil solicita estes anexos em PDF ou formato EXCEL, para melhor manuseio dos programas de orçamentos
Atenciosamente
Brasil.

4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Considerando o teor do pedido de esclarecimento passo a registrar:





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.1.1 Os documentos requeridos referente ao **Anexo I** (Projeto Básico), **Anexo II** (Minuta de Termo de Contrato); **Anexo III** (Modelo de Termo de Vistoria); **Anexo IV** (Modelo de proposta); **Anexo VIII** (Memorial descritivo) e **Anexo IX** (projeto básico e executivo) do Edital já estão em pdf conforme solicitado e disponíveis no www.gov.br/compras/pt-br e possíveis de serem copiados;

4.1.2 Os documentos requeridos referente ao **Anexo V** (composição de BDI e Encargos), **Anexo VI** (Planilha de Orçamento Sintético) e **Anexo VII** (Cronograma Físico-Financeiro) do Edital também estão disponíveis em Excel no sítio eletrônico do CBMPA, <https://www.bombeiros.pa.gov.br/categoria/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-licitacoes-e-contratos/licitacoes-em-andamento/>

4.2. Considerando que em análise da manifestação técnica esta presidente entendeu que a resposta ao esclarecimento não acarreta em alteração na substância da proposta.

5. DA CONCLUSÃO

5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet;

5.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório.

5.3. É a decisão.

Belém-Pará, 19 de janeiro de 2023.

ISIS KELMA
FIGUEIREDO DE
ARAUJO:68590
210200

Assinado de forma
digital por ISIS KELMA
FIGUEIREDO DE
ARAUJO:68590210200
Dados: 2023.01.18
19:14:29 -03'00'

ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM

Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM





Operação realizada com sucesso.

Incluir Esclarecimentos/Impugnações/Avisos

UASG: 929377 - FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS DE BELEM/PA

Licitação nº: 3/2022

Modo de Disputa: Fechado

Avisos Esclarecimentos Impugnações	
Esclarecimento 19/01/2023 09:59	<p>Mensagem: ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato; ANEXO III – Modelo de Termo de Vistoria; ANEXO IV – Modelo de Proposta; ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais; ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético; ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro; ANEXO VIII – Memorial descritivo; ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo. A empresa Brasil & Brasil solicita estes anexos em PDF ou formato EXCEL, para melhor manuseio dos programas de orçamentos Atenciosamente Brasil.</p> <p>Resposta: RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 02/2023 Referência: RDC Eletrônico nº 03/2022 – FEBOM. PAE nº: 2022/1343329. Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Empresa Solicitante: BRASIL & BRASIL Presidente: ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO. Data do Certame: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta ao Esclarecimento ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no Artigo 23, do Decreto Estadual Nº 534/2020. 3. DO ESCLARECIMENTO ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato; ANEXO III – Modelo de Termo de Vistoria; ANEXO IV – Modelo de Proposta; ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais; ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético; ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro; ANEXO VIII – Memorial descritivo; ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo. A empresa Brasil & Brasil solicita estes anexos em PDF ou formato EXCEL, para melhor manuseio dos programas de orçamentos Atenciosamente Brasil. 4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO 4.1. Considerando o teor do pedido de esclarecimento passo a registrar: 4.1.1 Os documentos requeridos referente ao Anexo I (Projeto Básico), Anexo II (Minuta de Termo de Contrato); Anexo III (Modelo de Termo de Vistoria); Anexo IV (Modelo de proposta); Anexo VIII (Memorial descritivo) e Anexo IX (projeto básico e executivo) do Edital já estão em pdf conforme solicitado e disponíveis no www.gov.br/compras/pt-br e possíveis de serem copiados; 4.1.2 Os documentos requeridos referente ao Anexo V (composição de BDI e Encargos), Anexo VI (Planilha de Orçamento Sintético) e Anexo VII (Cronograma Físico-Financeiro) do Edital também estão disponíveis em Excel no sítio eletrônico do CBMPA, https://www.bombeiros.pa.gov.br/categoria/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-licitacoes-e-contratos/licitacoes-em-andamento/ 4.2. Considerando que em análise da manifestação técnica esta presidente entendeu que a resposta ao esclarecimento não acarreta em alteração na substância da proposta. 5. DA CONCLUSÃO 5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet; 5.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório. 5.3. É a decisão. Belém-Pará, 19 de janeiro de 2023. ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM</p>
Aviso 19/01/2023 09:51	<p>Mensagem: ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato; ANEXO III – Modelo de Termo de Vistoria; ANEXO IV – Modelo de Proposta; ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais; ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético; ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro; ANEXO VIII – Memorial descritivo; ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo. A empresa Brasil & Brasil solicita estes anexos em PDF ou formato EXCEL, para melhor manuseio dos programas de orçamentos Atenciosamente Brasil.</p>



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL <cplcbmpa@gmail.com>

RDC Nº 003/2022 - FEBOM / DOCUMENTOS ANEXOS1 mensagem

zillis engenharia <zillisengenharia@gmail.com>
Para: cplcbmpa@gmail.com

18 de janeiro de 2023 às 16:12

Prezados, boa tarde.

Solicitamos encarecidamente os anexos do **Edital RDC 003/2022 - FEBOM**, principalmente os arquivos em Excel.

Desde já muito obrigado!!

--

Zillisnaldo Licata

Engenheiro Civil / Engenharia



Rua. Cláudio Bordalo, 480 - Sacramento

Belém/PA - CEP: 66123-130

Fone: (91) 99115-7576

ZILLISENGENHARIA@GMAIL.COM



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Nº 03/2023

Referência: RDC Eletrônico nº 03/2022 – FEBOM.

PAE nº: 2022/1343329.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ.

Empresa Solicitante: ZILLIS ENGENHARIA

Presidente: ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO.

Data do Certame: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de resposta ao Esclarecimento ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no Artigo 23, do Decreto Estadual Nº 534/2020.

3. DO ESCLARECIMENTO

Prezados, boa tarde.

Solicitamos encarecidamente os anexos do **Edital RDC 003/2022 - FEBOM**, principalmente os arquivos em Excel.

Desde já muito obrigado!!

Zillisnaldo Licata

Engenheiro Civil / Engenharia

4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Considerando o teor do pedido de esclarecimento passo a registrar:

4.1.1 Os documentos requeridos referente ao **Anexo V** (composição de BDI e Encargos), **Anexo VI** (Planilha de Orçamento Sintético) e **Anexo VII** (Cronograma Físico-Financeiro) do Edital estão disponíveis em Excel no sítio eletrônico do CBMPA, <https://www.bombeiros.pa.gov.br/categoria/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-licitacoes-e-contratos/licitacoes-em-andamento/>



FL. Nº _____

Visto



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.2. Considerando que em análise da manifestação técnica esta presidente entendeu que a resposta ao esclarecimento não acarreta em alteração na substância da proposta.

5. DA CONCLUSÃO

5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet;

5.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório.

5.3. É a decisão.

Belém-Pará, 19 de janeiro de 2023.

ISIS KELMA
FIGUEIREDO DE
ARAUJO:68590
210200

Assinado de forma
digital por ISIS KELMA
FIGUEIREDO DE
ARAUJO:68590210200
Dados: 2023.01.18
19:39:28 -03'00'

ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM

Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM





Operação realizada com sucesso.

Incluir Esclarecimentos/Impugnações/Avisos

UASG: 929377 - FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS DE BELEM/PA

Licitação nº: 3/2022

Modo de Disputa: Fechado

Avisos Esclarecimentos Impugnações	
Esclarecimento 19/01/2023 10:23	<p>Mensagem: Prezados, boa tarde. Solicitamos encarecidamente os anexos do Edital RDC 003/2022 - FEBOM, principalmente os arquivos em Excel. Desde já muito obrigado!! Zillisnaldo Licata Engenheiro Civil / Engenharia</p> <p>Resposta: RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 03/2023 Referência: RDC Eletrônico nº 03/2022 – FEBOM. PAE nº: 2022/1343329. Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Empresa Solicitante: ZILLIS ENGENHARIA Presidente: ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO. Data do Certame: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta ao Esclarecimento ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no Artigo 23, do Decreto Estadual Nº 534/2020. 3. DO ESCLARECIMENTO Prezados, boa tarde. Solicitamos encarecidamente os anexos do Edital RDC 003/2022 - FEBOM, principalmente os arquivos em Excel. Desde já muito obrigado!! Zillisnaldo Licata Engenheiro Civil / Engenharia 4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO 4.1. Considerando o teor do pedido de esclarecimento passo a registrar: 4.1.1 Os documentos requeridos referente ao Anexo V (composição de BDI e Encargos), Anexo VI (Planilha de Orçamento Sintético) e Anexo VII (Cronograma Físico-Financeiro) do Edital estão disponíveis em Excel no sítio eletrônico do CBMPA, https://www.bombeiros.pa.gov.br/categoria/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-licitacoes-e-contratos/licitacoes-em-andamento/ 4.2. Considerando que em análise da manifestação técnica esta presidente entendeu que a resposta ao esclarecimento não acarreta em alteração na substância da proposta. 5. DA CONCLUSÃO 5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet; 5.2. Dar continuidade com a fase externa do referido processo licitatório. 5.3. É a decisão. Belém-Pará, 19 de janeiro de 2023. ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO – MAJ QOBM Presidente do RDC nº 03/2022 - FEBOM</p>
Aviso 19/01/2023 10:18	Mensagem: Srs Licitantes informo que o aviso anterior foi colocado de forma equivocada.
Esclarecimento 19/01/2023 09:59	<p>Mensagem: ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato; ANEXO III – Modelo de Termo de Vistoria; ANEXO IV – Modelo de Proposta; ANEXO V – Composição do BDI e Encargos Sociais; ANEXO VI – Planilha de Orçamento Sintético; ANEXO VII – Cronograma Físico-Financeiro; ANEXO VIII – Memorial descritivo; ANEXO IX – Projeto Básico e Executivo. A empresa Brasil & Brasil solicita estes anexos em PDF ou formato EXCEL, para melhor manuseio dos programas de orçamentos Atenciosamente Brasil.</p> <p>Resposta: RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 02/2023 Referência: RDC Eletrônico nº 03/2022 – FEBOM. PAE nº: 2022/1343329. Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 28º GBM - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Empresa Solicitante: BRASIL & BRASIL Presidente: ISIS KELMA FIGUEIREDO DE ARAÚJO. Data do Certame: 02 de fevereiro de 2023, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta ao Esclarecimento ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no Artigo 23, do Decreto Estadual Nº 534/2020.</p>